



**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA**

Preço: €2,5

Publicação Bimestral

N.º 61

Agosto 2010

# Voz da Terra



## Concentração em Lisboa em defesa da Produção Familiar Nacional

### Destaques

**Eleição dos Órgãos Sociais da CNA  
para o triénio 2010-2013**

**CNA participa activamente  
no debate da PAC para o pós 2013**

**SUMÁRIO**

<b>FICHA TÉCNICA</b> .....	2
<b>EDITORIAL</b>	
ProDeR e a Ministerial Propaganda .....	3
<b>DESTAQUE</b>	
Concentração da CNA e Filiadas frente ao Ministério da Agricultura .....	4-5
CNA elegeu Órgãos Sociais para o triénio 2010-2013 .....	6-7
<b>NOTÍCIAS</b>	
CNA participa activamente no debate da PAC para o pós 2013 .....	8
<b>CADERNO TÉCNICO</b>	
Promoção do Mundo Rural junto da Sociedade ..	9-24
<b>NOTÍCIAS</b>	
Incêndios põem a nu falta de política de prevenção e correcto ordenamento florestais .....	25
CNA reúne com partidos políticos e com o Ministério da Agricultura .....	25
Concentração na Régua é grito de alerta dos vitivinicultores durienses .....	26
Filiadas da CNA promovem discussões em torno do PNVTC .....	26
Encontro Nacional de Produtores de Arroz decorreu em Samora Correia .....	27
ALDA reuniu com Governador Civil de Aveiro .....	27
CNA participa em manifestação em Bruxelas .....	28
Manifestação por ocasião da reunião dos Ministros da Agricultura da UE .....	28
CNA reúne com REPER em Bruxelas .....	29
CNA reúne com Eurodeputada Patrão Neves .....	29
CNA participa em formação sobre Governança Mundial da Agricultura e Alimentação .....	29
<b>OPINIÃO</b>	
PEC <i>pra</i> quê? PEC <i>pra</i> quem? .....	30
Aviso para apresentação de pedidos de apoio – Programa para a RRN .....	31



A CNA está filiada na  
Coordenadora Europeia  
Via Campesina



**CNA**

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

**Edição**

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

**Morada**

Rua do Brasil, n.º 155 – 3030-175 COIMBRA

Tel.: 239 708 960 – Fax: 239 715 370

E-mail: [cna@cna.pt](mailto:cna@cna.pt)

URL: [www.cna.pt](http://www.cna.pt)

**Delegação em Lisboa**

Rua Jardim do Tabaco, 90-1º-Dtº

1100-288 LISBOA

Tel.: 213 867 335 – Fax: 213 867 336

E-mail: [cna.lisboa@cna.pt](mailto:cna.lisboa@cna.pt)

**Delegação em Vila Real**

Rua Marechal Teixeira Rebelo,

Prédio dos Quinchosos, Lt. T, Apart. 158

5000-525 VILA REAL

Tel.: 259 348 151 – Fax: 259 348 153

E-mail: [cnavreal@sapo.pt](mailto:cnavreal@sapo.pt)

**Delegação em Évora**

Rua 5 de Outubro, 75 – 7000-854 ÉVORA

Tel.: 266 707 317 – Fax: 266 707 317

E-mail: [ruralentejo@sapo.pt](mailto:ruralentejo@sapo.pt)

**Delegação em Bruxelas**

Place Bara, 18, Entresol – 1070 BRUXELAS

Tel.: 0032 2 5273789 – Fax: 0032 2 5273790

**Título**

Voz da Terra

**Director**

João Dinis

**Coordenador Executivo**

Adélia Vilas Boas

**Fotos**

Arquivo da CNA / Miguel Cruz / Sara Soares

**Colaboradores neste número**

José Miguel Pacheco

**Redactor da Separata “Caderno Técnico”**

Gabinete Técnico da CNA

**Periodicidade**

Trimestral

**Tiragem**

10 000 exemplares

**Depósito Legal**

N.º 117923/97

**Registo de Publicação ICS**

123631

**Composição, Fitolitos e Impressão**

AT-Loja Gráfica, Lda. – Porto

Os textos assinados

são da responsabilidade dos autores

## PRODER E A MINISTERIAL PROPAGANDA

Uma das principais linhas de actuação do actual Ministro da Agricultura é fazer passar a ideia de que está junto dos Agricultores; que vai onde é preciso. Realmente, tem feito muitos quilómetros... Mas, na realidade, o que mudou, de fundo, na política agrícola para além de uma mudança de estilo?

São já sobejamente conhecidas as viagens ao Mundo Rural para entrega de contratos e lançamentos de certas obras. Aparecimentos televisivos que, ultimamente, até têm tido a presença do Primeiro-Ministro, José Sócrates. Parece que, de repente, se deram conta que existe um sector agrícola em Portugal...

Sobre o PRODER, Programa de Desenvolvimento Rural, basta abrir a página do programa na Internet, para se ver o anunciar de milhões e mais milhões **aprovados**. Porém, não se vêem é anúncios de verbas **pagas**, e já vamos a mais de meio do período de vigência (2007-2013). O que também não se vê, nestes anúncios oficiais, é investimento nas explorações familiares; investimento nas pequenas e médias explorações.

Este PRODER foi aprovado, contra a nossa opinião, no primeiro Governo de José Sócrates, com outro Ministro e com uma lógica de apoio toda virada para as explorações ditas "competitivas", e assim continua agora. O que desta vez tem havido, por parte do actual Ministro, são operações de cosmética e muito "frenesim", mas mantendo os principais objectivos do seu antecessor.

Veja-se, por exemplo, o que se passa com o sector do olival, em que hoje são já muitos os produtores de azeite, em olival tradicional, à beira do abandono. As inúmeras quedas de preço, na produção, têm inviabilizado este tipo de olival e os Produtores que continuam a trabalhar fazem-no com grandes dificuldades. Qual foi, pois, a solução apresentada por este governo neste PRODER (o dos "milhões" para a tal "competitividade" ...)? Aprovou 17 PIR, Projectos de Impacte Relevante, só para a área do Alqueva, em olivais super-intensivos. Enfim, concordamos com o aumento da produção nacional de azeite. Mas esse objectivo deve ser alcançado com equilíbrio entre tipos de produções industriais e tradicionais, preservando a qualidade e a diversidade dos azeites e das regiões produtoras. Ora, neste exemplo do azeite, está bem presente a continuidade da política agrícola do Ministro Jaime Silva e a ausência total de racionalidade que tanto criticámos e continuamos a criticar.

As últimas notas publicitárias do MADRP vieram anunciar ao País os avanços que existiram na execução do PRODER – já não se vai devolver dinheiro a Bruxelas – e por isso canta-se vitória. Mas o que de facto se passa é que estamos a mais de meio do período de vigência de um programa que deveria ser vital para o sector mas que tem apenas uma taxa de execução de pouco mais de 20%. Taxa essa que é conseguida principalmente através das ajudas forfetárias do eixo 2, e de pagamentos de "Projectos de Impacte Relevante" e outros projectos de grande dimensão.

O que estas acções publicitárias (propagandísticas) escondem, é que muito pouco mudou em termos de orientação política para o Agro-Rural e que os pequenos e médios Agricultores e a Agricultura Familiar continuam com imensa razão de queixa.

*O Executivo da Direcção Nacional da C N A*

# Concentração da CNA e Filiadas frente ao Ministério da Agricultura



Uma delegação representativa de Dirigentes da CNA e das suas Filiadas, com alguns Agricultores, concentrou-se no dia 7 de Junho, às 15h00, frente ao Ministério da Agricultura, no Terreiro do Paço, Lisboa.

Assim, 250 participantes avançaram em linha desde o extremo oposto do Terreiro do Paço, percorrendo a distância até ao Ministério da Agricultura, com muitas faixas, cartazes e bandeiras da CNA e Filiadas.

À frente, seguiu um grupo menos numeroso transportando vários cabazes cheios com bons Produtos Tradicionais / Regionais que se fez questão de entregar dentro do MADRP como forma de sensibilizar o Ministro e o Governo com a seguinte mensagem:



– “Ou há melhores políticas agro-rurais e se aplicam as ‘10 Medidas de Emergência contra a Crise da Agricultura e do Mundo Rural’ propostas pela CNA, ou as actuais más políticas agrícolas e de mercados arruinam mais e mais Explorações Agrícolas Familiares e acabam de vez com estes bons Produtos e com a Produção Familiar Nacional...”.

Houve oportunidade para uma numerosa delegação subir até à recepção do Ministério, onde foi recebida pelo Chefe de Gabinete Adjunto do Ministro da Agricultura, uma vez que o titular da pasta se encontrava fora de Lisboa.

O diálogo aí travado foi interessante com os Dirigentes da CNA a insistirem na aplicação das “10 Medidas de Emergência” e o representante do MADRP a refugiar-se nas desculpas “clássicas” destas ocasiões... E lá ficaram os cabazes com os Produtos Tradicionais / Regionais.

De novo junto da Concentração, ainda frente ao Ministério, deu-se conta do que se passou dentro do edifício e concluiu-se:

– “Estamos fartos de conversa e de diálogo sem resultados concretos favoráveis às Explorações Agrícolas Familiares e ao Mundo Rural. A Agricultura e Portugal não podem esperar mais!



Finalizou-se reafirmando o lema do ainda recente Congresso da CNA.

Foi uma vistosa e interessante jornada em defesa da nossa Agricultura e dos nossos Agricultores. Pela Soberania Nacional em matéria de políticas agro-alimentares.



Esta iniciativa teve boa cobertura por parte da Comunicação Social audiovisual. E a mensagem final foi mesmo a de que "ou há mudanças urgentes e satisfatórias nestas políticas agrícolas e de mercados, ou a CNA e as suas Filiadas, *sempre com os Agricultores*, vão voltar à rua em acções públicas de protesto e reclamação!".

Este Ministro e este Governo produzem mais do mesmo e para os mesmos do costume, ou seja, continuam a encher o bolso com ajudas públicas aos grandes proprietários e a sectores da grande agro-indústria, enquanto continuam a abandonar a Agricultura e o Mundo Rural. E agora aí estão eles a aplicar-nos este PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento do Governo, apoiado por outro partido, em que nos vêm criar mais problemas e mais dificuldades. Assim, vêm atirar mais crise para cima da crise.

Mas nós **QUEREMOS PRODUIR!**  
 Mudar de Políticas Agro-Rurais!  
 Promover a Agricultura Familiar!"



## CNA elegeu Órgãos Sociais para o triénio 2010-2013

A CNA elegeu em Assembleia Geral Eleitoral realizada no dia 11 de Julho, na sede da Confederação, em Coimbra, os Órgãos Sociais para o triénio 2010-2013.

### ÓRGÃOS SOCIAIS DA CNA – TRIÉNIO 2010- 2013

#### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Nome	Cargo	Distrito/Organização
Manuel Rodrigues	Presidente	Viseu (BALFLORA)
Albino José da Silva Carneiro	Secretário	Braga (Sacerdote)
Bruno Rodrigo Soares Lincho	Secretário	Aveiro (ALDA)
José Miguel Afonso Fernandes	Secretário	Vila Real (SBTMAD)
Teresa Monteiro Gonçalves	Secretária	Bragança (ADAB)

#### DIRECÇÃO NACIONAL

Nome	Distrito	Organização
Albino Almeida Silva	Aveiro	ALDA
Alexandre Júlio Vinagre Pirata	Évora	LPMA
Alfredo João Ventura de Paula Campos	Coimbra	CNA
Amândio Braulino de Freitas	Santarém	FADS
Anabela Maria Neto de Matos	Guarda	ADAG
Ana Maria Abrantes Gonçalves	Porto	APA
Ana Rosa Fernandes Dias Simões	Aveiro	ALDA
Aníbal Correia Cabral	Castelo Branco	ADACB
António da Conceição Ferraria	Leiria	FADL





<b>Nome</b>	<b>Distrito</b>	<b>Organização</b>
António da Costa Maia e Silva	Aveiro	ALDA
António Órfão Redinha	Coimbra	ADACO
Armando da Silva Carvalho	Vila Real	FAGRORURAL
Baltazar Manuel Almeida	Viseu	BALFLORA
Bruno Miguel Alves Bento	Aveiro	ALDA
Carlos Manuel Lopes	Bragança	ADARAD
Celestino Tomás Brasileiro	Santarém	FADS
Edgar Marques Pereira	Setúbal	AADS
Eugénio de Castro Vitor	Viana do Castelo	ACEB/ARAAM
Francisco Martins de Puga	Viana do Castelo	ARAAM
Francisco Xavier Barreto Pires	Vila Real	FAGRORURAL/SBTMAD
Isménio Lourenço de Oliveira	Coimbra	ADACO/APOR/SEBALDIC
João Manuel Fontes Dinis	Coimbra	CNA
João Rodrigues Vieira	Lisboa	AADL
Joaquim Cerejo de Matos Soares	Leiria	FADL/AASNE
Joaquim Francisco Risso Pifano	Portalegre	ADERAVIS
Joaquim Manuel Nunes Lopes	Portalegre	RURALENTEJO
Joaquim Silvino Pato Caçoete	Setúbal	AADS
José Barroso da Costa	Braga	APL
José Manuel Marreiros Chumbinho	Faro	
José Manuel Sousa Lobato Araújo	Braga	ADEFM/APL/ADADB
José Miguel Pacheco Gonçalves	Coimbra	CNA
Luís Gonzaga Santos Amaral	Guarda	ADAG
Maria Alberta Gonçalves Santos	Vila Real	AVIDOURO
Maria Salete do Carmo Dias	Viseu	BALFLORA
Mário José Eugénio	Beja	RURALENTEJO
Pedro Alberto Simões Brás	Coimbra	APOR
Pedro Jorge Mendes dos Santos	Lisboa	CNA
Ramiro Teixeira Ricardo	Bragança	ADAB
Sandra Raquel Gomes Martins	Braga	ADEFM
Vitor Manuel Silvano Herdeiro	Vila Real	AVIDOURO

### CONSELHO FISCAL

<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>	<b>Distrito/Organização</b>
António Manuel Gonçalves Grácio	Presidente	Coimbra
Armando Pinto Lopes	Vogal	Porto (ACEB)
Manuel Fernando Cerqueira Rodrigues	Vogal	Viana do Castelo (ARAAM)



## *CNA participa activamente no debate da PAC para o pós 2013*

A PAC – Política Agrícola Comum encontra-se em processo de reforma, sendo que as novas regras que venham a ser aprovadas deverão começar a ser introduzidas a partir de 2013. No contexto, a CNA tem vindo a participar activamente neste processo, através da elaboração de documentos de posicionamento sobre o tema, através da realização de debates e ainda dando a sua participação nas diferentes consultas públicas que têm sido realizadas.

Logo em Outubro de 2009 a CNA realizou um mesa redonda, em Bruxelas, com os Eurodeputados Portugueses sobre o tema e, em Março deste ano, realizou um Seminário Internacional com o título “Política Agrícola e Alimentar Comum para o pós 2013 na óptica da Soberania Alimentar”.

Já em Junho, a CNA participou no debate público da Comissão Europeia, respondendo às questões colocadas pelo Comissário Europeu da Agricultura, e elaborou também algumas perguntas que foram entregues ao Comissário Dacian Cioloș por ocasião da sua visita a Portugal no mesmo mês.

Também ao nível da Coordenadora Europeia Via Campesina (CE-VC), da qual a CNA é filiada, a participação tem sido activa na definição do posicionamento da Coordenadora, tendo sido uma das organizações membro a representar esta organização Europeia no debate alargado organizado pelo Grupo Consultivo da PAC da Comissão Europeia, onde esteve também presente o Comissário Europeu.

Nas suas propostas, a CNA tem salientado

o papel da alimentação enquanto questão fundamental à vida humana e a importância da Agricultura em termos sociais, ambientais, culturais e no ordenamento do território. A agricultura e a segurança alimentar de uma região, para além de serem estruturais, ditam a sua soberania, integridade e estabilidade interna.

Uma avaliação às actuais políticas agrícolas e de mercados permite-nos verificar que a PAC não tem servido os Agricultores, nem os consumidores, nem o desenvolvimento rural. Basta olhar para o ritmo de desaparecimento de explorações agrícolas (uma por minuto nos últimos 20 anos), para os escândalos alimentares e aumento dos preços dos produtos básicos e para o crescente abandono e desertificação das zonas rurais.

É pois necessária uma PAC dotada de instrumentos públicos de regulação do mercado, como quotas e direitos de produção, tendo especialmente em conta os níveis de produção/productividade/consumo de cada País ou Região.

Já ao nível dos instrumentos financeiros é necessário pôr fim ao critério dos “históricos” na distribuição das ajudas ao rendimento e passar a privilegiar critérios sociais e ambientais, devendo ser imposta a “modulação” – reduções por escalões – e o “plafonamento” – tectos ou limites máximos – a quaisquer tipo de Ajudas Públicas, pois só desta forma será possível apoiar a melhoria dos rendimentos da grande maioria dos Agricultores e não apenas meia dúzia de grandes proprietários e grande agro-indústria.

# PROMOÇÃO DE UM MUNDO RURAL JUNTO DA SOCIEDADE

*Pelo Gabinete Técnico da CNA*



## I – O MUNDO RURAL Breve Caracterização Histórica

O mundo rural compreende um espaço que não é urbano, discriminando portanto as suas actividades produtivas. Tradicionalmente, as actividades rurais são basicamente a Agricultura e a Produção Pecuária. Actualmente tem passado por um contínuo de mudanças com expressivo impacto sobre o seu papel e conteúdo social.

### Caracterização e evolução histórica do Mundo Rural

Segundo *Ferrão* (2000), historicamente o mundo rural pode organizar-se em torno de uma tetralogia de aspectos bem conhecida:

- Uma função principal: a produção de alimentos;
- Uma actividade económica dominante: a agricultura;

- Um grupo social de referência: a família camponesa, com modos de vida, valores e comportamento próprios;

- Um tipo de paisagem que reflecte a conquista de equilíbrios entre as características naturais e o tipo de actividades humanas desenvolvidas.

Segundo *Setúbal* (2005), nos séculos XV e XVI, a maior parte da população portuguesa vivia em pequenos aglomerados populacionais, sendo comprovado pelos dados do primeiro cadastro, de 1527. Dele se conclui que 87,3% da população fazia parte do mundo rural. O modo de vida nos senhorios, nas aldeias ou pequenas vilas, centrava-se nas tarefas agro-pecuárias e as relações de produção mantinham-se pouco dinâmicas, conservando os padrões das hierarquias sociais. A rotina era apenas quebrada pelas feiras, pelos mercadores, almocreves, funcionários régios ou eclesiásticos e pregadores mendicantes.

A partir do século XVIII e com o desencadear



da revolução industrial inicia-se a grande migração das comunidades rurais para os centros urbanos, passando a comunidade rural a produzir essencialmente para os mercados ditos urbanos.

Embora se continue com a ideia da marginalização económica, social e simbólica relativamente ao mundo rural, este mundo rural moderno veio desencadear uma nova visão entre o mundo rural/urbano.

Segundo *Bijoias*, o mundo rural, para além da produção agro-alimentar, é, analogamente, sustentáculo de outras actividades, como as económicas (turismo, lazer) e as ambientais (manutenção e protecção dos valores naturais). Constitui também um dos privilégios mais importantes da Europa, na medida em que as áreas rústicas representam a grande maioria do território e albergam mais de metade da população. Embora o dinamismo económico se concentre mais nas regiões urbanas, os espaços campestres continuam a originar 45 por cento do valor acrescentado bruto da economia e 51 por cento do emprego.

Não há ainda muitas décadas, o campo era visto como tendo uma função principal: produzir

alimentos; uma actividade económica predominante: a agricultura; uma categoria social específica: os camponeses, com estilos de vida, valores e condutas próprias; e um tipo de paisagem inconfundível, exalando pureza e equilíbrio (*Bijoias*).

Com o final da década de 40 do século passado, após a 2.ª Guerra Mundial, surge a industrialização da agricultura subdividindo o mundo em dois tipos de realidades distintas: o mundo rural moderno e o mundo rural tradicional.

### O Mundo Rural na Actualidade

Na actualidade, o chamado “Mundo Rural” encontra-se socialmente deprimido e em crise. Consequências directas das más políticas agrícolas (florestais) e de mercados aplicadas de há muitos anos a esta parte. Más políticas definidas a nível da ex-CEE, agora União Europeia (UE), e definidas internamente no nosso país, que têm levado à ruína da Agricultura Familiar e da Floresta de uso múltiplo.

A CNA de há muito já definiu que: “Sem Agricultura Familiar; sem muitos milhares de Agricultores a produzir bens alimentares nas Explorações Familiares; não há desenvolvimento rural. Com a ruína da Agricultura Familiar, outros sectores socioeconómicos ligados ou sediados no Mundo Rural também desaparecem. É a ruína do Mundo Rural que provoca o êxodo das Populações Rurais e ameaça a diversidade e os ecossistemas locais/regionais”.

Ao mesmo tempo, as Regiões Rurais têm sido prejudicadas pela distribuição dos meios e recursos públicos por parte de sucessivos governos.

Portanto, para inverter toda a actual situação, são necessárias, em primeiro lugar, outras e melhores políticas agro-florestais e agro-rurais.





Entretanto, o mundo rural afigura-se (talvez mais do que noutros tempos) como um lugar de refúgio e segurança para a população urbana. De facto, assiste-se a uma procura de autenticidade que leva ao entendimento da conservação e da protecção dos patrimónios históricos (de que a Natureza é parte integrante) como meios de excelência para celebrar memórias e



a própria identidade, numa recusa de se deixar levar por processos de uniformização em massa.

Todavia, a missão mais importante dos espaços naturais é o funcionamento de processos ecológicos básicos, bastante mais vitais do que a mera fruição visual ou o apreço estético. Assim sendo, as acções que concorrem para manter o mundo campestre vivo devem ser compensadas não só pela sua valia económica, como pelos desempenhos sociais e ambientais que asseguram. Neste contexto, a introdução e o desenvolvimento de tecnologias que fomentem uma utilização mais eficiente dos recursos são essenciais. De forma idêntica, há que incitar a adopção de boas práticas e de regulamentação que condicione o uso dos referidos recursos, para que o mundo campestre continue a ser uma boa solução (*Bijoias*).

É a partir do mundo campestre que vem a nossa contiguidade. Sem alimentação torna-se inexequível a continuidade de todo e qualquer ser vivo.

O binómio indústria/agricultura é de extrema importância devendo caminhar sempre juntas. O trabalhador rural é indispensável para produzir alimentação que vem da terra. Na cidade, o



homem necessita das fábricas para trabalhar e tirar o seu sustento. Ao mesmo tempo os operários fabris servem os trabalhadores rurais. Assim sendo, o trabalho do campo acarreta muitas riquezas e põe a mais moderna indústria a funcionar que por sua vez faz a agricultura crescer cada vez mais.

O mundo rural diz respeito a todos, estando os ditos citadinos aí também englobados. Uma boa promoção de um mundo rural segundo (MARTINHO, 2001) combate a reversão da migração das zonas rurais, combate a pobreza, incentiva o emprego e a igualdade de oportunidades e responde à crescente exigência de melhor qualidade, saúde, segurança, valorização pessoal e lazer. Foto: lazer.jpg

### Promoção do Mundo Rural

Também fortemente promotor de um mundo rural junto da sociedade, encontramos o turismo rural, caracterizado não apenas pelo comprometimento com as actividades agrícolas e pecuárias, como também pela valorização do património cultural e natural como factores da oferta turística no meio rural.

Outro promotor, o agro-turismo, associado directamente ao mundo rural é um forte promotor de novos conhecimentos rurais perante a toda a sociedade quer urbana quer mesmo rural. Este tipo de actividade, que tem vindo a ter uma grande expressão na sociedade actual, caracteriza-se por diferentes modalidades de





turismo no meio rural a nível internacional, sendo praticado por famílias ligadas ao espaço rural dispostas a partilhar o seu modo de vida com os habitantes do meio urbano.

Assim sendo o agro-turismo torna-se um estabilizador da economia local (rural), criando empregos nas actividades directa e indirectamente ligadas à actividade agrícola e ao próprio turismo, como comércio de mercadorias, serviços auxiliares, construção civil, entre outras, além de abrir oportunidades de negócios directos, como hospedagem, lazer e recreação.





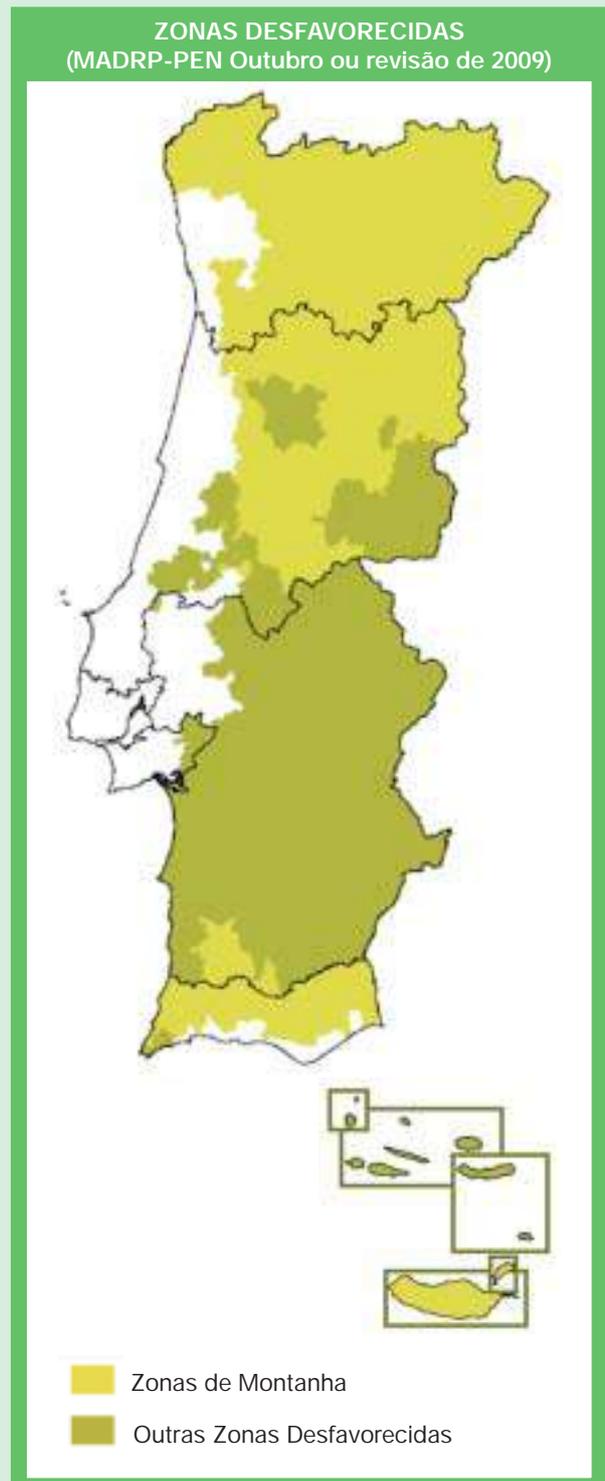
A caça e pesca realizadas de forma não profissional são também exemplos promotores de um mundo rural junto da sociedade. Embora nos dias de hoje não se verifiquem como forma de sustento, não devem ser encaradas apenas como elementos desportivos, mas sim como um todo, em que existe a necessidade das pessoas que se deslocam para determinadas regiões rurais em busca maior harmonia, paz de espírito e lazer, deixando por uns momentos para trás a vida rotineira das zonas citadinas.



Segundo MARCELO (2007), relativamente aos benefícios ambientais, pode-se mencionar o estímulo à conservação ambiental e à multiplicação de espécies de plantas e animais, entre outros, pelo aumento da procura turística. Economicamente, pode-se mencionar como exemplo de vantagens associadas a este tipo de turismo, a possibilidade de agregar valor aos produtos agrícolas do estabelecimento e a instalação de indústrias artesanais, por exemplo para a produção de alimentos regionais típicos. Além disso, desperta a atenção para o manuseamento, conservação e recuperação de áreas degradadas e da vegetação florestal e natural.

## II – RURALIDADE E TERRITÓRIO

O território nacional é, em termos geográficos, essencialmente rural. As Regiões Desfavorecidas<sup>1</sup> representam 86,6% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU), correspondendo as Zonas de Montanha a 30,8% e 69,2% às restantes Zonas Desfavorecidas.



<sup>1</sup> Regiões Desfavorecidas conforme definido na Directiva 86/467/CE.

A promoção da sustentabilidade (económica, social e ambiental) das zonas rurais deve, também por esta razão, constituir um desiderato nacional.

O Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PENDR) para 2007-2013 define a promoção da sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais como um dos objectivos estratégicos a atingir.

O risco de abandono agrícola continua elevado conforme se pode observar no mapa ao lado, abrangendo sobretudo as áreas localizadas no interior do país e dentro destas, o Norte e Centro de Portugal continental.

De referir que entre 1989 e 1999 a população residente em explorações agrícolas diminuiu no Continente 37,6%, indicador que se terá agravado de então para cá, como certamente demonstrará o resultado do recenseamento agrícola de 2010. O quadro abaixo traduz a variação, por região agrária, deste decréscimo que é mais acentuado na região de Entre Douro e Minho e Minho.

**População residente em explorações agrícolas – variação por região agrária**

Continente – 1989/1999 (%)

Continente	EDM	BL	TM	BI	RO	ALT	ALG
-37,6	-46,8	-42,2	-23,0	-25,5	-42,4	-24,7	-31,4

Fonte: GPPAA

**ZONAS DE ELEVADO RISCO DE ABANDONO AGRÍCOLA**



- Zonas de Risco de Abandono Muito Elevado:
  - 1 – Entre Douro e Minho Interior
  - 2 – Alto Trás-os-Montes
  - 3 – Beira Litoral Interior
  - 4 – Beira Interior
- Concelhos (e freguesias algarvias) com Risco de Abandono Elevado
- ▨ Concelhos essencialmente urbanos
- Concelhos com risco reduzido ou sem risco de abandono

**O papel das organizações agrícolas e de desenvolvimento rural nos territórios rurais**

São de vários tipos as organizações de cariz associativo que se localizam no meio rural. Coexistem associações de base local, cuja actuação é limitada a uma área geográfica limitada, com outras de alcance mais regional, distrital ou nacional. Tomando o trabalho do Roberto Mileu sobre o Associativismo agrícola de grau intermédio e superior, temos organizações de Base Local cujos objectivos consistem em “resolver e defender, numa área geográfica delimitada e de algum modo restrita, os interesses sociais, profissionais e/ou económicos” dos respectivos Associados.

Há organizações de Base Regional – âmbito geográfico mais alargado que as de base local. Temos organizações de Grau Intermédio de que são exemplo as “Federações que congregam diversas organizações sectoriais e/ou locais”. Finalmente temos as organizações de Âmbito Nacional. Em termos do “objecto” as organizações podem tomar a forma de Organização Sócio-profissional, Sócio-económico e de Fileira.

As estruturas associativas criadas por iniciativa das populações rurais têm hoje um papel incontornável no desenvolvimento das zonas rurais, pelos serviços que prestam e pelo trabalho que desenvolvem em prol das comunidades rurais.

Estas estruturas podem funcionar individualmente ou constituir-se em parceria, aproveitando sinergias e ganhando dimensão.

É, exactamente, por força da necessidade e para corresponder mais e melhor aos anseios da população rural, que as estruturas associativas têm ao longo dos anos reforçado, até por via da alteração dos respectivos estatutos, o leque de serviços e apoios diferenciados aos seus associados.

### Alguns exemplos:

1 – Associação de agricultores de âmbito distrital, tendo por objecto a “defesa dos interesses sociais, económicos, profissionais e culturais dos agricultores” inclui na sua actividade, a partir de certa altura, a realização de acções de formação e divulgação e a promoção da produção integrada através da assistência técnica aos seus associados.

2 – Associação de criadores de raça autóctone, criada tendo por objecto “a preservação, melhoramento, criação e comercialização” de animais de raça autóctone, vem alargando a sua

acção à promoção de acções de apoio à economia rural e à promoção de acções de formação profissional, ou ainda candidaturas a programas nacionais ou comunitários destinados a apoiar o desenvolvimento rural integrado.

4 – Associação de desenvolvimento rural, abrangendo geograficamente vários concelhos, tendo por objecto inicial a promoção do desenvolvimento local “através da dinamização de iniciativas nas áreas dos recursos humanos, do turismo do património, do apoio às actividades produtivas e da promoção da Igualdade de Género e Igualdade de oportunidades.”, acrescenta, posteriormente, a promoção de estudos, da investigação e a possibilidade de parceria com entidades que promovam igualmente o desenvolvimento local e regional.

Falta o nº 3  
ou o nº 4  
passa a 3?

### Exemplo de parceria entre Associações de Desenvolvimento Local

Aqui damos o exemplo de parceria composta por associações de desenvolvimento



local com vista à promoção de um projecto de cooperação interterritorial. A parceria que integra 12 Associações de Desenvolvimento Local (ADICES – GAL Coordenador do projecto de cooperação – ADAE, ADELO, ADIRN, ADRUSE, ATAHCA, DESTEQUE, LEADER OESTE, PINHAL MAIOR, PRÓ-RAIA, RAIA HISTÓRICA e TAGUS), pro-move um projecto de cooperação interterritorial desenvolvido ao abrigo do Eixo 3 do ProDeR, “baseado numa estratégia de actuação participada, no sentido



de otimizar e racionalizar os recursos de cada território, identificar complementaridades e problemáticas comuns e partilhar ideias, conhecimentos, experiências e iniciativas diversificadas e inovadoras que a médio e longo prazo contribuam para o aumento do grau de competitividade dos territórios

envolvidos...”. A criação e dinamização da Loja Portugal Rural traduz este esforço de cooperação no sentido da promoção dos produtos do mundo rural nos centros urbanos, neste caso em Lisboa.

### **III – AGENTES DO MUNDO RURAL EM ACÇÃO – Entrevista**

Com o objectivo de dar a conhecer, de viva voz, o trabalho desenvolvido junto das populações pelas estruturas associativas, entendeu a “Voz da Terra” recolher o depoimento dos dirigentes de uma organização de Agricultores numa zona do Interior do País.

Situado no Distrito da Guarda, na Beira Interior Norte, o Sabugal é um concelho raiano que, à semelhança de muitas outras regiões do Interior, tem sido afectado pela diminuição da população residente e pelo abandono da actividade agrícola. Em 2009, o Sabugal contava com 13002 residentes, o que traduz um decréscimo



de 12,57% face a 2001<sup>2</sup>. Ora, sendo este um concelho onde predomina a Agricultura Familiar e de subsistência, que se encontra em declínio, o papel das associações reveste-se cada vez mais de maior importância, no sentido de dar apoio aos agricultores e, conseqüentemente, contribuir para a manutenção da actividade agrícola e para o desenvolvimento e vitalidade da região. Uma agricultura dinâmica e um bom aproveitamento florestal são geradores de riqueza e podem resolver muitas situações de desemprego e de abandono de terras.

Foi nesse sentido que foi criada no Sabugal a Associação de Produtores Florestais do Alto Côa (CÔAFLO). Inicialmente orientada para o sector florestal, esta associação local voltou-se também para a actividade agrícola e pecuária, prestando apoio técnico e aconselhamento aos agricultores.



A “Voz da Terra” falou com os técnicos e dirigentes da Associação, que nos transmitiram as dificuldades do concelho, mas que nos passaram também uma imagem de dedicação e trabalho de proximidade junto das populações locais.

#### **VOZ DA TERRA – Quando foi fundada a COAFLO e quais os principais objectivos que estiveram na origem da sua criação?**

**CÔAFLO** – A Associação de Produtores Florestais do Alto Côa (CÔAFLO) foi criada em Fevereiro de 2003, com o objectivo fundamental de informar e beneficiar os produtores dos municípios da Guarda e Sabugal das vantagens do associativismo florestal, apoio específico da área

florestal, trabalhando desta forma para a arborização de várias áreas e ao mesmo tempo para a gestão sustentada da Floresta, tentando desta forma combater a inércia, a decrepitude dos sistemas implantados e a perda do potencial florestal dos concelhos.

Por outro lado, ao longo dos vários anos de existência, a Associação notou que também havia várias lacunas ao nível da informação e prestação de serviços na parte agrícola e pecuária no concelho de Sabugal, surgindo nessa altura uma secção agrícola e pecuária.

#### **VT – As associações ajudam os proprietários a adoptar uma perspectiva de rentabilização?**

**C** – As florestas não eram tidas como uma actividade produtiva que pede investimentos e pode, se bem gerida, dar lucros substanciais e regulares. Foi no sentido de combater este panorama que se criou a CÔAFLO. As associações trouxeram benefícios para os agricultores e para os exploradores florestais, que agora começam a olhar para as suas florestas com outros olhos e a procurar apoio na associação, para pedir conselhos sobre a melhor forma de gerir as suas propriedades, que árvores plantar, etc.

#### **VT – Qual a acção da CÔAFLO junto dos seus associados e da população local?**

**C** – A CÔAFLO funciona como entidade prestadora de serviços aos associados, mas fundamentalmente como aglutinadora dos produtores florestais e dos produtores agrícolas e pecuários.

Tendo uma perspectiva empresarial da actividade florestal, de “planear o produto final”, prestando também atenção a que a floresta possui actualmente incentivos e apoios adequados ao seu desenvolvimento a curto, médio e longo prazo. E isto porque, se é verdade que o minifúndio florestal está fortemente pulverizado, ele representa, como espaço físico, uma grande mancha territorial. Ora se não é possível pensar que ele seja gerido isoladamente e como a realização de operações de emparcelamento são muito demoradas e dispendiosas, é necessário levar os proprietários a aceitar a aglutinação das suas propriedades para efeitos de gestão conjunta (limpezas, arborizações, desbastes, compartimentação, cortes, etc...) sem que o direito de propriedade seja alienado.

A nível agrícola e pecuário, a Associação funciona como entidade divulgadora dos apoios

<sup>2</sup> Estimativas da População Residente em Portugal, 31 de Dezembro de 2009 – Fonte: INE.



que surgem constantemente nestes dois sectores, ao mesmo tempo que proporciona aconselhamento na tomada de decisões dos seus associados.

### **VT – O que procuram os Agricultores na Associação?**

C – Os Agricultores sentem-se muito apoiados pela associação e para além de se dirigirem às nossas instalações para realizarem as candidaturas às ajudas comunitárias, procuram também apoio para a realização de projectos de investimento e para esclarecer

as mais variadas dúvidas. E nós sabemos que muitos deles têm até dificuldades para pagar os serviços prestados. Mas é aí que fazemos valer o nosso papel social e muitas vezes, se a pessoa não pode pagar, a associação facilita. Muitos agricultores chegam até a pagar-nos em géneros.

### **VT – De que forma é que o papel da associação é preponderante na promoção do Mundo Rural junto da sociedade?**

C – A associação ao longo da sua existência tem desenvolvido um conjunto de acções que



Foto: Miguel Cruz

de forma directa ou indirecta têm contribuído para o desenvolvimento e promoção do Mundo Rural. Assim, e a título de exemplo, a associação esteve envolvida na criação de várias equipas de Sapadores Florestais, o que proporcionou a criação de vários postos de trabalho na sua área de intervenção. Por outro lado, as mesmas equipas desenvolvem trabalhos de gestão de combustíveis tanto para os associados, tanto como para os clientes externos, contribuindo deste forma para que o abandono da propriedade rural seja algo mais lento. Este papel dos sapadores florestais é muito importante para a manutenção dos espaços florestais limpos, contribuindo para a diminuição do risco de incêndio e para a valorização do património florestal. Uma floresta limpa é uma floresta mais acessível às pessoas, convidando a passeios, à contemplação dos espaços verdes. Além disso, uma floresta viva e gerida de forma sustentável tem

um papel fundamental na conservação da biodiversidade.

**VT – E em termos de apoio ao desenvolvimento da Agricultura?**

C – A nível agrícola, a CÔAFLO tem funcionado como entidade encorajadora tanto de jovens agricultores como de menos jovens a prosseguirem com a sua actividade agrícola e pecuária, evitando dessa forma o seu abandono e consequente desertificação da região.

**VT – Quais as principais dificuldades com que se tem deparado ao longo da sua existência?**

C – Ao longo da sua existência a CÔAFLO tem-se deparado com várias dificuldades, que passam muitas vezes pelo fraco apoio a nível estatal, uma vez que serviços de aconselhamento e divulgação não são rentáveis a nível



Foto: Miguel Cruz



económico, mas têm que por nós ser prestados, como entidade de nível social que também somos.

**VT – Quais as principais apostas para o futuro?**

C – As principais apostas para o futuro serão cada vez mais o apoio aos nossos associados, quer através da ajuda à gestão das suas áreas agrícolas e florestais, quer

através da sua formação na obtenção de qualificações que os ajudem a melhorar a sua vida socioeconómica, uma vez que cada vez mais a nossa região se torna mais pobre e envelhecida, necessitando aqueles que cá ficam (porque são os que menos aptidões possuem) de serem ajudados a superar as dificuldades e burocracias com que diariamente se enfrentam.

**VT – Há muitos jovens agricultores a instalarem-se no Sabugal?**

C – Temos casos de sucesso de jovens agricultores aqui no Sabugal, com explorações muito rentáveis, acima da média do concelho. Os jovens agricultores que teimaram em ser agricultores vingaram e têm explorações condignas e com dimensão suficiente para poderem tirar viabilidade delas. Apesar de serem menos do que há uns anos atrás, temos vários agricultores que se instalaram com projectos de empresários agrícolas que hoje permanecem na agricultura com sucesso.





### Fontes de Informação

BIJOIAS, M (s.d.). *O Mundo Rural*, disponível em [www.ruadireita.com](http://www.ruadireita.com) a 30 de Julho de 2010;

FERNANDES, Maria João Pastor (2005) - *Abandono Agrícola: um problema de segurança e defesa nacionais* – GPPAA Série estudos e documentos nº11;

FERRÃO, J. (2000). *Relações Entre Mundo Rural e Mundo Urbano: Evolução Histórica, Situação Actual e Pistas para o Futuro*, Eure, Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, vol. 26, n.º 78.

MARCELO (2007). *Turismo Rural*, disponível em [www.wikipédia.com](http://www.wikipédia.com) a 3 de Agosto de 2010;

MARTINHO, A. (2001). *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural no Quadro da Globalização – OMC*, revista Ruralidades, Aliança para Defesa do Mundo Rural Português, Edição Especial n.º 7.

MILEU, Roberto (2002) – *Associativismo Agrícola (Intermédio e de Grau Superior)*; Confederação Nacional da Agricultura;

PENDR – *Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013* - MADRP

SETÚBAL (2005). *A Sociedade Rural e a Sociedade Urbana*, disponível em [www.portugal-tchat.com](http://www.portugal-tchat.com) a 27 de Agosto de 2010.

### Estatutos das seguintes organizações:

ALDA (Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro)  
ACRM (Associação de Criadores da Raça Marinhoa)  
ADRL (Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões)

Com o apoio

## Incêndios Florestais

### Flagelo põe outra vez a nu a falta de uma política nacional de prevenção e correcto ordenamento florestais.

Bastou um Verão mais quente para aí termos, outra vez, muitos incêndios florestais de grande intensidade e extensão.

Arde Floresta de Norte a Sul. Ardem áreas (supostamente...) protegidas, com particular gravidade para o Gerês e para a Serra da Estrela. As Populações estão receosas e as mais atingidas pelos incêndios perdem teres e haveres, perdas de que devem ser ressarcidas.

Apesar do incremento verificado nos últimos anos, na actual situação escasseiam os meios de combate quer no solo quer pelo ar, e são visíveis sinais de descoordenação entre as entidades oficiais com capacidade e responsabilidades de intervenção na catástrofe.

Depois de 5 anos de “tréguas”, com discursos a aludir/iludir que os incêndios de 2003 e 2005 eram águas passadas e que, com as medidas tomadas, diminuiu a área ardida, uma vaga de calor, por um período mais alargado, colocou a nu que persistem os problemas estruturais da Floresta Nacional e que não estamos melhor do que há 5 anos atrás.

Importa recordar que, ao longo destes anos, os sucessivos Governos e outros Órgãos de Soberania reforçaram, muito, a via da legislação



com forte pendor coercivo/repressivo e a via do reforço dos meios de combate aos incêndios mas, mais uma vez, ficaram-se pelas palavras quanto às questões estruturais.

No entender da CNA, a grande extensão e violência dos Incêndios Florestais, devem-se, em primeiro lugar, à ruína da Agricultura Familiar e ao conseqüente abandono do “uso múltiplo” da Floresta. Em segundo lugar, devem-se à proliferação da monocultura de espécies de crescimento rápido que têm destruído a natureza e a função social, ambiental e paisagística da nossa Floresta. Só depois, e em terceiro lugar, se devem às alterações climáticas.

A CNA considera que mais do que uma estratégia de culpabilização dos cidadãos e proprietários e de investimento de avultadas quantias no combate, o Governo deve privilegiar a prevenção e adoptar uma Estratégia Nacional para as Florestas.

## CNA reúne com partidos políticos e com o Ministro da Agricultura



A pedido da CNA, a Direcção Nacional desta Confederação reuniu, no passado mês de Junho, com representantes dos partidos políticos com assento parlamentar e, a 13 de Julho, reuniu com o Ministro da Agricultura, António Serrano.

Na audiência com o MADRP, a CNA voltou a lembrar ao Sr. Ministro a necessidade de adoptar as “10 Medidas de Emergência contra a Crise

da Agricultura e do Mundo Rural” e transmitiu-lhe as suas preocupações e propostas sobre a reformulação do ProDeR, a PAC pós 2013, a Floresta e Baldios e a Região Vitivinícola do Douro.

As reuniões com os partidos políticos realizaram-se no mês de Junho, com o PCP. A 17 do mesmo mês a CNA reuniu com Os Verdes e com o Bloco de Esquerda e a 21 com representantes da Direcção do Partido Socialista, tendo ainda solicitado audiências ao PSD e ao CDS-PP.

Nestes encontros, a CNA apresentou as suas propostas e reclamações urgentes, nomeadamente as contidas nas “10 Medidas de Emergência”.

### Concentração / vigília na Régua é grito de alerta dos vitivinicultores durienses

Correspondendo ao apelo da AVIDOURO, Associação dos Vitivinicultores Independentes do Douro, com o apoio da CNA, delegações de Vitivinicultores, juntaram-se numa Concentração / Vigília, dia 5 de Agosto a partir das 19h30, frente às instalações do IVDP, na Régua.

Os 250 Participantes, onde se destacavam mulheres e jovens, ostentavam bandeiras da CNA, bandeiras negras, faixas e cartazes com diversas consignas e reclamações.

E foi frente ao IVDP, Instituto do Vinho do Douro e Porto – considerado e denunciado como sendo um “instrumento” ao serviço das más políticas agrícolas e de mercados do Governo e dos interesses das Casas Exportadoras e outras grandes empresas – que tiveram lugar as primeiras intervenções, sempre muito críticas em relação às causas e aos principais causadores (os sucessivos Governos e as suas políticas para o Douro) da difícil situação da Vitivinicultura e da Região Demarcada do Douro. Mas também avançando reclamações concretas e propostas para acudir às dificuldades. Foi então lido e aprovado um documento reclamativo para ser enviado aos Órgãos de Soberania.

Já passava das 20 horas, quando a Concentração avançou um pouco e deteve-se no início da rua entre o IVDP e a Casa do Douro, onde muitos garrafões foram despejados na calçada e a pipa foi aberta. O Vinho jorrou e correu rua abaixo... naquilo que a organização anunciara já como “um acto simbólico de protesto” dos Lavradores. “Palavras de ordem” e protestos espontâneos ecoaram bem alto nessa ocasião. Houve quem gritasse a plenos pulmões: – “ a Casa do Douro é nossa! Devolvam-lhe os seus poderes!”, e quem acusasse os Dirigentes da mesma Casa do Douro por estes não mobilizarem os Vitivinicultores para a luta em defesa dos seus interesses e em defesa da própria Casa do Douro.



O “desfile” terminou já passava das 22 horas, com novas intervenções a saudar os Participantes e reafirmar as posições e a apelar para a mobilização dos Vitivinicultores para novas e necessárias acções de reclamação e protesto “caso os Governantes teimem em não ouvir e respeitar as Gentes e as Instituições do Douro”. A Concentração / Vigília terminou cerca das 23 horas.

Recorde-se que, no passado dia 9 de Julho, com várias faixas onde se podiam ler palavras de ordem em defesa da Casa do Douro e dos durienses, cerca de cem representantes da AVIDOURO receberam o Ministro da Agricultura, António Serrano, que se encontrava de visita à Régua para um encontro com os exportadores no Solar do Vinho do Porto.

### Filiadas da CNA promovem discussões em torno do PNVTC

Várias filiadas da CNA promoveram iniciativas de esclarecimento sobre a discussão pública do Programa Nacional para a Valorização dos Territórios Comunitários (PNVTC), que decorreu entre os dias 17 de Maio e 15 de Julho.

No dia 4 de Julho, a Cooperativa “Terra Chã” promoveu uma sessão em Chãos (Alcobertas) em que foram feitas várias intervenções e formados grupos de trabalho para a discussão e elaboração de contributos e conclusões sobre esta matéria, que foram depois sintetizados num documento enviado para a Autoridade Florestal Nacional.

A 7 de Julho, a ACEB – Associação para a Cooperação Entre Baldios promoveu uma sessão em Viana do Castelo que contou com a presença de mais de 50 participantes.

A BALFLORA – Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu reuniu no dia 18 de Julho em Assembleia Geral, expressamente convocada para debater o PNVTC e as ameaças às leis dos baldios. Nesta Assembleia Geral foi aprovado, por unanimidade, um documento com as principais reclamações ao Governo, em defesa dos baldios e dos povos serranos.

## Encontro Nacional de Produtores de Arroz decorreu em Samora Correia

Cerca de 200 orizicultores das Regiões do Baixo-Mondego, Vale do Sado e Vale do Sorraia reuniram a 15 de Julho em Samora Correia, num Encontro Nacional onde reclamam medidas efectivas do Governo e do Ministro da Agricultura na defesa da produção Nacional de Arroz.

“Só promessas e diálogo não resolvem os problemas dos orizicultores; o senhor Ministro da Agricultura tem que passar das palavras aos actos”, disseram os orizicultores presentes.

Preços justos à produção na ordem dos 30 a 40 cêntimos/KG, ajuda na electricidade verde na secagem do arroz, intervenção do governo para travar os aumentos dos adubos, gasóleo, pesticidas e outros, e fim à prática de dumping no arroz vendido pelas grandes superfícies, foram dos principais problemas discutidos no Encontro.

O representante do Ministro da Agricultura (o Director Regional da Agricultura de Lisboa e Vale do Tejo) informou que se encontra em fase final um estudo da Autoridade da Concorrência sobre a prática de *dumping* no preço



do arroz ao consumidor nas grandes superfícies, e que o Governo estava atento aos valores praticados no preço à produção no arroz.

Outras questões afloradas foram a necessidade de terminarem as Obras Hidro-Agrícolas do Baixo-Mondego em todos os Vales, e a necessidade de uma Lei de Arrendamento Rural mais justa para a produção nacional.

A APOR – Associação Portuguesa dos Orizicultores, uma das organizadoras do Encontro a par da Associação dos Agricultores do Dis-

## ALDA reuniu com Governador Civil de Aveiro

A ALDA, Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro, reuniu no dia 15 de Junho com o Governador Civil de Aveiro.

Directores da ALDA e um grupo de cinco Agricultores estiveram presentes nesta reunião em foi entregue ao Sr. Governador Civil um documento com 10 Medidas, votado no Encontro da Lavoura/ Assembleia Geral da ALDA, por quase de 200 Delegados.



Neste documento constam propostas essenciais para a salvaguarda da Agricultura do distrito. O Governador Civil de Aveiro transmitiu que iria encaminhar o documento com as reclamações dos Agricultores ao Ministério da Agricultura.

Na reunião, os Agricultores colocaram outros problemas com que se debatem diariamente e, para demonstrar a qualidade dos produtos oriundos da Agricultura Familiar, ofereceram um cabaz com alimentos, por eles produzidos, de forma sustentável, saudáveis e que contribuem para a Soberania Alimentar do nosso País.

trito do Setúbal, irá pedir um reunião urgente ao Ministro da Agricultura, para apresentação do Caderno de Reclamações aprovado para que sejam tomadas as medidas necessárias, sob pena de que se elas não forem tomadas, os orizicultores saberão defender os seus interesses com a luta.

Neste encontro estiveram presentes e intervieram João Frazão, em representação do Grupo Parlamentar do PCP, e dois representantes da Indústria do Arroz (ANIA e APPIA).

### CNA participa em manifestação em Bruxelas “Por uma outra Política Leiteira”

Mais de mil produtores de leite, outros agricultores e consumidores manifestaram-se no dia 12 de Julho, em Bruxelas, numa iniciativa promovida pela Coordenadora Europeia Via Campesina (CE-VC) e pelo European Milk Board (EMB).

Recorde-se que a 12 de Julho, o Conselho de Ministros da Agricultura da UE esteve a debater as conclusões do Grupo de Alto Nível (GAN) para o Sector do Leite e a 13 de Julho foi a vez do Parlamento Europeu.

Uma das propostas do GAN é a contratualização (realização de contratos directos entre os produtores e a indústria leiteira), uma má medida que conduzirá os produtores a uma dependência total, já que a indústria leiteira, com um papel mais forte no mercado, passará a ditar as condições.

Outro problema deste relatório é a inexistência de propostas para uma regulação pública que adapte a produção à procura. Sem regulação pública nunca existirão boas condições de negociação entre os produtores e a indústria leiteira, nem preços justos para o produtor. O mercado será inundado de leite a preços baixos, destruindo a posição dos produtores no mercado e conduzindo ao encerramento de um grande número de explorações leiteiras.

A CNA, representada nesta iniciativa de protesto pelos dirigentes José Manuel Lobato e João Dinis, e a CE-VC opõem-se também ao estabelecimento de um mercado de futuros para o leite, favorável apenas para a indústria e para os investidores financeiros e não para os produtores, e reclamam uma etiquetagem obrigatória do local de produção e de transformação do leite.

A CNA considera ainda que as “recomendações” do GAN, para além de terem resultado de uma auscultação fortemente condicionada desde o início, não trazem nada de novo relativamente àquilo que eram as propostas iniciais, de há nove meses atrás, do próprio GAN.

João Dinis usou da palavra durante a manifestação, tendo reafirmado as principais



posições da CNA sobre o Sector Leiteiro e sobre o Relatório do GAN, que chegou a considerar como sendo uma verdadeira “fraude política” por parte da Comissão Europeia.

As organizações europeias e os milhares de manifestantes presentes em Bruxelas exigiram uma melhor política leiteira que defenda os produtores e apelaram aos Ministros europeus da Agricultura que rejeitem as más propostas do GAN.

Mais informações sobre o relatório do GAN e sobre as propostas da CNA e da CE-VC em [http://www.cna.pt/b\\_10-07-12\\_manifganleite\\_bruxelas.htm](http://www.cna.pt/b_10-07-12_manifganleite_bruxelas.htm)

### Manifestação por ocasião da reunião dos Ministros da Agricultura da UE

No dia 30 de Maio, uma Delegação da CNA com vários dirigentes e Agricultores, na sua maioria das Filiadas do Alentejo e do Distrito de Setúbal, participou numa mobilização em Mérida (Espanha) contra o actual modelo agro-alimentar da União Europeia.

Esta iniciativa decorreu nas ruas desta cidade espanhola e terminou frente à reunião dos Ministros da Agricultura da União Europeia, tendo reunido mais de 40 organizações europeias, desde associações de cidadãos, grupos ecologistas, associações de consumo, organizações agrícolas, partidos políticos, ONGs, entre outras.

Da parte da CNA o principal lema foi: –“ POR OUTRA E MELHOR PAC – Queremos Produzir – Preços justos à Produção”, enquadrado nos principais objectivos da Coordenadora Europeia – Via Campesina, uma das promotoras da manifestação.

## CNA reúne com REPER em Bruxelas

A CNA reuniu no passado dia 24 de Junho, em Bruxelas, com a Representação Permanente de Portugal junto da UE para analisar a agenda do Conselho de Ministros da Agricultura do dia 29 de Junho.

Em discussão estiveram o tema da competitividade do modelo agro-alimentar da UE, lançado pela Presidência Espanhola, a questão da Simplificação da PAC e o tema dos OGMs, com novas propostas de aprovação de comercialização na UE de novas variedades de milho transgénico.

A CNA referiu que a ânsia da Comissão Europeia em desbloquear a autorização de novos OGMs na UE está unicamente relacionada com a facilitação dos acordos comerciais ao nível da OMC.

Nesta reunião houve ainda tempo para analisar o estado do debate sobre a PAC pós 2013 ao nível do Conselho e do Parlamento Europeu.

## CNA reúne com eurodeputada Patrão Neves



A CNA reuniu, no dia 26 de Maio, com a Eurodeputada Patrão Neves, no Centro Jean Monnet (em Lisboa), no âmbito de uma auscultação promovida pela mesma às Confederações Nacionais no âmbito do debate que está a ocorrer no Parlamento Europeu em torno do Relatório Lyon sobre a PAC pós 2013.

Em discussão estiveram os temas menos consensuais do relatório, nomeadamente a repartição mais justa das ajudas entre novos e antigos Estados-Membros, os critérios de dis-

## CNA participa em formação sobre a Governança Mundial da Agricultura e Alimentação

A CNA participou em Roma, nas instalações da FAO, de 14 a 16 de Junho, numa formação promovida pelo Comité Internacional de Planificação para a Soberania Alimentar (IPC) sobre o tema da Governança Mundial Agrícola e Alimentar.

Nesta formação estiveram presentes várias organizações da Coordenadora Europeia – Via Campesina bem como outras organizações Europeias, que não estando ligadas à Coordenadora, pertencem à Via Campesina Internacional.

Um dos principais objectivos da formação foi o de dar a conhecer os vários processos que se têm vindo a desenhar com o objectivo “resolver” a questão da governança global para as questões da alimentação e agricultura que a crise alimentar de 2007/2008 fez despontar.

Destas iniciativas destaca-se a do Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, com a criação de um Grupo de Trabalho de Alto Nível, a do G8, com a criação de uma Aliança Global para a agricultura e alimentação e uma outra, impulsionada por organizações da Sociedade Civil e por vários países, de reforma do Comité de Segurança Alimentar Mundial da FAO (CFS).

A formação debruçou-se principalmente sobre o processo de reforma do CFS que tenta sustentar a base democrática de uma país um voto, ao contrário das duas primeiras, que se caracterizam por manter alguns dos principais responsáveis pela crise alimentar – FMI, BM e OMC – na linha da frente, muito numa base pouco democrática de um dólar um voto e sem instrumentos reais de participação da sociedade civil.

tribuição das ajudas para além da área (pressupondo o fim dos históricos), nomeadamente critérios ambientais, empregabilidade e poder de compra, mas também a proposta de constituição de uma Rede de Segurança para fazer face à volatilidade dos preços nos mercados agrícolas e o faseamento da implementação da nova PAC depois de 2013.

Outra das questões que, mais uma vez, não foi considerada neste relatório foi a questão do plafonamento das ajudas, ou seja, a fixação de um montante financeiro máximo por beneficiário.



## PEC pra quê? PEC pra quem?

Por João Dinis

Primeiro, foi o PEC, Pacto de Estabilidade e Crescimento, da União Europeia (UE), que o Governo Português subscreveu, cremos que em 1997. Depois, durante onze anos seguidos, o PEC da UE e a “famigerada” redução do défice do Orçamento de Estado serviram de pretexto para a contenção e redução dos salários; para o aumento de impostos; para o ataque ao poder de compra e aos direitos dos trabalhadores e do Povo; para os despedimentos e aumento do desemprego; para a venda ao desbarato de empresas públicas; para a contínua redução do investimento público e da produção nacional; para o encerramento de serviços públicos de proximidade para com as Populações.

As consequências gerais conhecem-se hoje:

- Crise financeira, crise económica, crise social, crise alimentar e crise político-institucional.

Com o Povo a ser sacrificado e a desacreditar nas Instituições Democráticas.

Ao mesmo tempo, sectores da alta finança e grandes grupos económicos tiveram lucros especulativos e comandaram o poder político dominante.

Pelo caminho, ainda nos amarraram à “Estratégia de Lisboa” com todos aqueles objectivos altíssimo-nantes como o crescimento económico, o emprego e a coesão social, e impuseram o Euro, este propagandeado como o paraíso monetário.

Mas, em 2007/08 rebenta a “bolha especulativa”... e as finanças sofreram um forte “AVC” à escala global, que se propagou à economia e ao social.

E lá se foram os alegados “benefícios” do PEC, mais da Estratégia de Lisboa, mais a estabilidade do Euro...

Afinal, nada que, alguns, os mais avisados, não estivessem fartos de prever enquanto sempre reclamavam alternativas ao processo, durante os últimos anos.

**O PEC do Governo, apoiado por outro partido, é mais crise em cima da crise; é mais sofrimento para o Povo.**

Agora, o Governo Português, apoiado pelos outros partidos do chamado “arco do poder”, decreta um novo PEC, o Programa de Estabilidade e Crescimento, debaixo ainda do PEC da UE e das imposições do Banco Central Europeu e do FMI.

E vêm-nos aplicar o mesmo “tratamento” atrás descrito (mas em dose reforçada...), o qual já tinha gerado a essência dos grandes problemas actuais.

Pelo andar da carruagem, um dia destes, só vão ser precisos o Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças com todos os outros Ministérios a passarem a Direcções-Gerais do Ministério das Finanças. Bom, ao menos por aí, poder-se-á reduzir a despesa pública sem grandes prejuízos para a vida do País...

Por isso, “é fatal como o destino”, as consequências vão piorar a crise brutal que já vivemos com ainda mais sofrimento para o Povo e com o agravar da perda de Soberania e, mesmo, de importantes vectores da Independência Nacional.

Com os Agricultores a terem de comprar tudo cada vez mais caro e a vender os seus produtos ao desbarato; com os consumidores a terem de se sujeitar a comer tudo o que for mais barato mas que também não tem qualidade alimentar.

Sim, agrava-se a crise para os mesmos do cos-tume; mas mantêm-se os privilégios e benesses para “meia dúzia” dos mesmos do costume.

Porém, se isto assim continua, o desastre será dramático se não trágico.

E, agora, voltem a chamar-nos de “pessimistas” e de “profetas da desgraça”...

É que nós até somos optimistas. O problema é estarmos informados...

Acreditamos num futuro melhor, e tudo faremos para que mudem as actuais políticas ainda que, para isso, também tenham que mudar os principais (des)governantes deste malfadado “arco do poder”.

E, depressa, e depressa, enquanto houver País!

**Nota:**

– Entretanto, de certa forma curiosa é a posição de vários Banqueiros – afinal representantes da fina-flor dos grandes “campeões” do mercado – os quais, por estarem a ganhar “só” quatro milhões de Euros por dia, andam por aí, quase de mão estendida, à procura de financiamentos e créditos públicos. Há tempos, até foram ao Presidente da República apresentar as suas “queixas”. Só lhes faltou mesmo irem descalços, de túnica rota e com uma corda ao pescoço, para impressionar...

# AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE PEDIDOS DE APOIO PROGRAMA PARA A REDE RURAL NACIONAL

**AI1 – Capitalização da Experiência e do Conhecimento**

**AI2 – Facilitação da Cooperação**

**AI3 – Observação do Mundo Rural e da Implementação das Políticas de Desenvolvimento Rural**

**AI4 – Facilitação do Acesso à Informação**

(Portaria n.º 501/2010, de 16 de Julho)

De 12 de Agosto a 13 de Setembro de 2010  
(até às 16h30)

## Objectivos

- Capitalização da experiência e do conhecimento com vista a transferir para os agentes de desenvolvimento rural boas práticas e novos conhecimentos;
- Facilitação da cooperação com vista a incentivar as práticas de cooperação entre agentes e entre territórios em torno dos objectivos de desenvolvimento rural;
- Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural para adequar a estratégia de desenvolvimento e as políticas, às necessidades e potencial de desenvolvimento rural;
- Facilitação do acesso à informação tendo em vista disponibilizar informação relevante para os agentes envolvidos no desenvolvimento do mundo rural.

## Área Geográfica

Todo o Território Nacional

## Beneficiários

Podem beneficiar dos apoios previstos no presente Regulamento as seguintes entidades, isoladamente ou em parceria:

- a) Organismos, serviços e pessoas colectivas públicas do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, e das Secretarias Regionais das Regiões Autónomas que tutelam a área do desenvolvimento rural.
- b) Outros organismos, serviços públicos e pessoas colectivas públicas membros da RRN;

c) Pessoas colectivas de natureza privada sem fins lucrativos membros da RRN;

d) A autoridade de gestão do PRRN quando se trate da avaliação do Programa, integrada na alínea c) do artigo 2.º

As entidades referidas na alínea b) devem celebrar acordos de parceria com as entidades previstas nas alíneas a) ou c) do mesmo número, para poderem beneficiar dos seguintes apoios:

- Capitalização da experiência e do conhecimento com vista a transferir para os agentes de desenvolvimento rural boas práticas e novos conhecimentos;
- Facilitação da cooperação com vista a incentivar as práticas de cooperação entre agentes e entre territórios em torno dos objectivos de desenvolvimento rural;
- Facilitação do acesso à informação tendo em vista disponibilizar informação relevante para os agentes envolvidos no desenvolvimento do mundo rural.

As entidades referidas nas alíneas b) e c) devem celebrar acordos de parceria com as entidades previstas na alínea a) do mesmo número, para poderem beneficiar dos seguintes apoios:

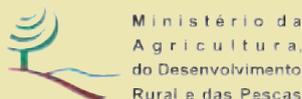
- Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural para adequar a estratégia de desenvolvimento e as políticas, às necessidades e potencial de desenvolvimento rural;

## Forma e Limites dos Apoios

Os apoios são concedidos sob a forma de incentivos não reembolsáveis, de valor igual a 100% das despesas elegíveis.

Toda a informação e formulários de candidatura em  
<http://www.dgadr.pt/prrn/candidaturas.html>

Com o apoio:



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu Agrícola  
de Desenvolvimento Rural

A Europa investe nas zonas rurais

## CONCENTRAÇÃO . LISBOA . 7 DE JUNHO DE 2010

Mais de 250 Dirigentes e Agricultores desfilaram frente ao MADRP em defesa da Agricultura Familiar, do Mundo Rural e dos bons Produtos Nacionais.



Ou há melhores políticas agro-rurais e se aplicam as “10 Medidas de Emergência contra a Crise da Agricultura e do Mundo Rural” propostas pela CNA, ou as actuais más políticas agrícolas e de mercados arruinam mais e mais Explorações Agrícolas Familiares e acabam de vez com estes bons Produtos e com a Produção Familiar Nacional.

